

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 .

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	1
Balanços Patrimoniais	2
Demonstrações dos Resultados	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	6
Relatório da Administração	7
Notas explicativas às demonstrações Contábeis	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Acionistas da
AGV VI Geradora de Energia S.A.
Ouroeste - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AGV VI Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da AGV VI Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada, Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Os valores correspondentes, relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram o relatório datado em 02 de julho de 2020, sem qualquer modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de dezembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	3	63	34
Investimentos em aplicações financeiras	3	6.434	—
Contas a receber de clientes	4	943	2.586
Contas a receber de partes relacionadas	5	1.208	1.627
Tributos e contribuições sociais compensáveis		7	68
Outros créditos		8	23
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		8.663	4.338
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Outros créditos		—	8
Imobilizado, líquido	6	103.393	102.102
Intangível	7	78	80
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		103.471	102.190
TOTAL DO ATIVO		112.134	106.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	8	481	2.877
Contas a pagar a partes relacionadas	5	135	78
Imposto de renda e contribuição social a pagar		113	–
Outros tributos a pagar		52	18
Outras obrigações		8	21
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		789	2.994
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Partes relacionadas	5	2.385	2.357
Tributos diferidos		29	–
Outras obrigações		5.590	–
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.004	2.357
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado	9	102.919	102.849
Reserva de capital		–	–
Reservas de lucros		4.820	2.910
Outros resultados abrangentes		(4.398)	(4.582)
Lucros acumulados		–	–
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		103.341	101.177
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.134	106.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2020	2019
Receita líquida	10	14.047	4.456
Custo de produção e operação de energia	11	(8.471)	(1.376)
LUCRO BRUTO		5.576	3.080
Gerais e administrativas	12	(117)	(76)
Outras Receitas (despesas) operacionais		(3)	(34)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(120)	(110)
Receitas financeiras		78	7
Despesas financeiras		(277)	(203)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	(199)	(196)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		5.257	2.774
Imposto de renda e contribuição social corrente		(467)	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(29)	–
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	14	(496)	(2)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.761	2.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.761	2.772
Outros resultados abrangentes:	—	—
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	(4.397)	(1.552)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	364	1.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital Social		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Subscrito	Capital a integralizar	Legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais			
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		76.601	(64.629)	10	181	(3.030)	–	9.133
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	2.772	2.772
Hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	(1.552)	–	(1.552)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	(53)	(53)
Aumento de capital		3.848	64.629	–	–	–	–	68.477
Ajuste de capital		22.400	–	–	–	–	–	22.400
Constituição de reserva legal		–	–	139	–	–	(139)	–
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório		–	–	–	2.581	–	(2.581)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		102.849	–	149	2.762	(4.582)	–	101.177
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	4.761	4.761
Hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	184	–	184
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	(90)	(90)
Distribuição de dividendos complementares		–	–	–	(2.762)	–	–	(2.762)
Aumento de capital		70	–	–	–	–	–	70
Constituição de reserva legal		–	–	238	–	–	(238)	–
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório		–	–	–	4.433	–	(4.433)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9	102.919	–	387	4.433	(4.398)	–	103.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2020	2019
<u>Atividades operacionais</u>			
Lucro líquido do exercício		4.761	2.772
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do semestre com o caixa das atividades operacionais</u>			
Depreciação e amortização	6 e 7	4.078	1.133
Amortização Hedge		—	46
Juros sobre arrendamentos e alugueis	5	265	201
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(27)	(3)
Baixa de ativo imobilizado	6	1.101	—
		10.178	4.149
Variação de ativos e passivos operacionais		(471)	(1.282)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		—	(35)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		—	3
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais		9.707	2.835
<u>Atividades de investimentos</u>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6	(893)	(89.374)
Liquidação de instrumento derivativo - NDF		—	(4.204)
Partes relacionadas - investimentos		470	—
Aplicações em investimentos de curto prazo		(11.292)	—
Resgates de investimentos de curto prazo		4.885	—
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos		(6.830)	(93.578)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Aumento de Capital		(2.597)	90.877
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	5	(250)	(250)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos		(2.847)	90.627
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		29	(116)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		34	150
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		63	34
Redução/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		29	(116)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2017 tem por objeto social de gerar e comercializar energia solar por meio de painéis fotovoltaicos, incluindo sua implementação e montagem. A Companhia é diretamente controlada pela AES Tietê Energia S.A. (“Tietê Energia”) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede fica localizada na Rodovia Percy Waldir Semeguni (SP 543), Fazenda São João, s/n, lote 06, Zona Sul, Distrito de Arabá, CEP 15685-000 - Ouroeste/SP.

Em 18 de dezembro de 2017, a Controladora AES Tietê Energia obteve no 25º Leilão de Energia Nova A-4/2017 (“Leilão A-4”), o direito de comercializar, no mercado regulado, a energia a ser gerada por um complexo fotovoltaico com capacidade instalada de 94MWp (75 MWac), construído no município de Ouroeste Estado de São Paulo (“Planta AGV Solar” ou “AGV Solar”).

Em junho de 2018, a Planta AGV Solar obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWh de garantia física de energia.

A AGV Solar V Geradora de Energia S.A. possui uma garantia física de 7,9MWh de energia contratada por 20 anos, ao preço médio de R\$ 145,49/MWh, com reajuste anual pelo IPCA.

Comercialização de energia

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	157,44	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
		<u>69.394</u>					

Operação comercial

A Companhia teve seu início de período de suprimento concatenado com a operação comercial da linha de transmissão, a qual não era de responsabilidade da Companhia, e ocorreu em 1 de março de 2015, conforme despacho ANEEL nº 519, porém o início de suprimento contratual iniciou somente em 1º de janeiro de 2016, com conexão na respectiva subestação. A Companhia pretende se beneficiar da antecipação da entrada em operação comercial, sendo que a energia produzida está sendo alocada no mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021. Em dezembro de 2019, foi firmado um contrato de venda energia entre a Companhia e sua Controladora AES Tietê Energia S.A que vigorou até dezembro de 2020 (nota 5).

1.1 Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condições financeiras e fluxo de caixa de nossos negócios. Em outubro de 2020, o Fundo Monetário Internacional projetou desaceleração relevante ou contração na atividade econômica em 2020, incluindo -4,4% de queda no crescimento mundial e -5,8% no Brasil.

Mesmo com a severidade da crise, não houve ainda nenhum evento que tenha impactado os negócios da Companhia, portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve impacto relevante nos resultados financeiros e nas operações da Companhia.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, a Companhia criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos a medida que as condições mudarem. Apesar dos esforços para gerenciar e remediar esses impactos para a Companhia, seu impacto final depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

A Companhia continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, as operações são consideradas essências e estão funcionando normalmente. A maioria de nossos pessoais administrativos e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetam as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações confiáveis.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 03 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão..

2.2 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.3 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD, vida útil dos bens do imobilizado, provisão para processos judiciais e outros, impostos, valor justo de instrumentos financeiros e provisão para desmantelamento.

2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperáveis, e portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

2.6 Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, com o objetivo de simplificar e melhorar a apresentação das demonstrações dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, procedeu reclassificações nessas demonstrações contábeis originalmente autorizadas.

As reclassificações são resumidas conforme o quadro a seguir:

	Referência	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				
Receita operacional líquida		4.456	–	4.456
Custo de produção e operação de energia	(a)	–	(1.376)	(1.376)
Gerais e administrativas	(a)	–	(76)	(76)
Outras despesas e receitas operacionais	(a)	–	(34)	(34)
Energia elétrica comprada para revenda	(a)	(243)	243	–
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(a)	(155)	155	–
Serviços de terceiros	(a)	(62)	62	–
Depreciação e amortização	(a)	(1.133)	1.133	–
Amortização Hedge	(a)	(46)	46	–
Outras receitas e despesas operacionais	(a)	153	(153)	–
TOTAL		2.970	–	2.970

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

(a) As reclassificações a seguir foram efetuadas com o objetivo segregar os custos relacionados à atividade-fim do negócio e as despesas, que não possuem atividade-fim do negócio: no saldo das rubricas de “Serviços de terceiros”, “Material”, “Amortização hedge”, “Depreciação e amortização”, “Aluguéis e arrendamentos”, “Outras receitas e despesas operacionais”, “Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão” e “Energia elétrica comprada para revenda”.

2.7 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2021

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID 19 (Alteração CPC 06 / IFRS 16)

2.8 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior há três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	63	34
Investimentos de curto prazo (CDB-DI)	6.434	–
Total	6.497	34

Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2020 estão representados por operações com CDB e fundo de investimentos exclusivo com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96,50% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

	2020	2019
CIRCULANTE		
Mercado de curto prazo (i)	943	2.586
Subtotal	943	2.586

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor causada por liminares de agentes que impedem a liquidação financeira do GSF. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise deste contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	
CIRCULANTE				
Mercado de curto prazo	—	—	943	943
Total	—	—	943	943

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

5. ARRENDAMENTO COM PARTES RELACIONADAS

	2020	2019
Ativo		
Venda de energia - AES Tietê Energia S.A (i)	1.208	1.627
Total do ativo	1.208	1.627
Passivo		
Subarrendamento AES Tietê Energia S.A (ii)	21	22
Dividendos a pagar AES Tietê Energia S.A (iii)	114	56
Subtotal circulante	135	78
Subarrendamento AES Tietê Energia S.A (ii)	2.385	2.357
Subtotal não circulante	2.385	2.357
Total do passivo	2.520	2.435

- (i) Refere-se ao contrato de venda de energia celebrado entre à Empresa e a controladora AES Tiete Energia S.A. Contrato com validade para o mês de dezembro de 2020, preço valorado ao PLD + R\$49,50 (reais) e volume envolvido de aproximadamente 4,00 MWm.
- (ii) Refere-se ao contrato de arrendamento de terreno do Complexo Solar Ouroeste com sua controladora AES Tietê Energia S.A. O montante sublocado foi reconhecido no passivo circulante e não circulante, como partes relacionadas.
- (iii) Dividendos complementares ao mínimo obrigatório, distribuídos quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

5.1 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia optou pelo método retrospectivo modificado para adoção inicial ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

No reconhecimento inicial, para a determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada a taxa de desconto nominal de 14,85% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, porém em decorrência da melhor conjuntura econômica do Brasil durante o ano de 2019, atrelada com a redução da taxa básica de juros, a Companhia decidiu efetuar uma revisão em sua taxa de desconto considerando assim uma nova taxa de 10,08%.

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno com sua controladora AES Tiete Energia S.A, no montante de R\$2.379. O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a..

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo de arrendamento de partes relacionadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	AGV Solar VI
Saldo em 31 de dezembro de 2018	–
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	1.681
Ingressos de pricipal	747
Encargos financeiros	201
Pagamento	(250)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.379
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	–
Ingressos de pricipal	20
Encargos financeiros	265
Pagamento	(258)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.406

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

CIRCULANTE	
2021	21
Subtotal	21
NÃO CIRCULANTE	
2022	27
2023	30
2024	33
2025	36
Após 2025	2.259
Subtotal	2.385
Total	2.406

6. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação do custo de aquisição e a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2020			2019
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (i)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3%	1.081	(47)	1.034
Máquinas e equipamentos	4,0%	105.057	(4.966)	100.091
Imobilizado em serviço		106.138	(5.013)	101.125
Imobilizado em curso		11	–	11
Bens vinculados às concessão e autorizações		106.149	(5.013)	101.136
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,3%	–	2.257	2.257
Total Imobilizado		106.149	(2.756)	103.393

- (i) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$ 5.556. O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.
- (ii) Refere-se ao reconhecimento do direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil, referente à adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), conforme detalhado na nota explicativa nº 5.1.

b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Provisão Desmantelamento	Baixas	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	642	–	–	–	439	1.081
Máquinas e equipamentos	100.150	–	5.555	(1.101)	454	105.058
Almoxarifado	–	–	–	–	–	–
Em curso	–	893	–	–	(893)	–
Direito de uso de terreno arrendado	2.428	20	–	–	–	2.448
Subtotal	103.220	913	5.555	(1.101)	–	108.587
Depreciação	(1.118)	(4.090)	–	14	–	(5.194)
Total líquido	102.102	(3.176)	5.556	(1.087)	103.395	103.393

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	Remensuração	Adições	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	–	–	–	–	642	642
Máquinas e equipamentos	–	–	–	–	100.150	100.150
Imobilizado em serviço	–	–	–	–	100.792	100.792
Imobilizado em curso	11.773	–	–	89.019	(100.792)	–
Bens vinculados às concessão e autorizações	11.773	–	–	89.019	–	100.792
Direito de uso de terreno arrendado	–	1.681	747	–	–	2.428
Subtotal	11.773	1.681	747	89.019	–	103.220
Depreciação	–	–	–	(992)	–	(992)
Amortização Arrendamento	–	–	–	(126)	–	(126)
Total Imobilizado	11.773	1.681	747	87.901	–	102.102

7. INTANGÍVEL

a) A composição do intangível é a seguinte:

	2020			2019
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos
Software e outros intangíveis em curso	20,0%	95	(17)	78
Total		95	(17)	78

b) Movimentação do intangível:

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Outros intangíveis em curso	80	(2)	78
Total líquido	80	(2)	78

	Saldos em 31 de dezembro de 2018	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2019
Outros intangíveis em curso	95	(15)	80
Total líquido	95	(15)	80

8. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2020, refere-se, principalmente, ao provisionamento de contratos de prestação de serviço.

	2020	2019
Materiais e Serviços	409	2.696
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	68	155
Energia elétrica comprada para revenda	4	26
Subtotal	481	2.877

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 102.919 (R\$ 102.849 em 31 de dezembro de 2019), representado por 100.919.000 de ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações:

	2020		2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Tietê Energia S.A.	102.919	100	102.849	100
Total das ações ordinárias	102.919	100	102.849	100

Em março de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 70, emitindo-se 70 novas ações ordinárias normativas. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$102.849 para R\$102.919.

Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2020, de acordo com a legislação societária brasileira a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 149 (R\$ 387 em 2019), através da transferência de 5% do lucro líquido anual, respectivamente sobre os saldos de 2019 e 2020, apurado nos seus livros societário, considerando a absorção de prejuízo com capital social. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. O montante mínimo obrigatório apurado em 2020, foi de R\$ 90 (R\$ 52 em 2019).

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

	2020	2019
Reservas de lucro:		
Reserva legal	387	149
Dividendos adicionais propostos	4.433	2.762
	4.820	2.911

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	4.761	2.772
Constituição de reserva legal (5%)	(238)	(139)
Base para pagamento de dividendos	4.523	2.633
Destinação:		
Dividendos adicionais propostos	4.433	2.581
Dividendos mínimos obrigatórios (2%)	90	52
Total destinado	4.523	2.633

10. RECEITA LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2020		2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Suprimento energia elétrica faturada partes relacionadas	69.259	14.267	5.878	1.626
Mercado de curto prazo	–	–	8.331	2.830
Outros	506	365	–	–
Receita operacional bruta	69.765	14.632	14.209	4.456
PIS e Cofins	–	(585)	–	–
Receita operacional líquida	69.765	14.047	14.209	4.456

11. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2020	2019
Custo de produção e operação de energia		
Compra de Energia - Curto prazo	(1.601)	(243)
Encargos de uso da rede elétrica	(724)	(155)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(101)	–
Serviços de terceiros	(542)	–
Material	(9)	–
Depreciação e amortização	(4.277)	(1.164)
Seguros	(120)	–
Contribuições setoriais	(4)	–
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.088)	–
Outros custos operacionais	(5)	–
Arrendamentos e aluguéis	–	186
Total	(8.471)	(1.376)

12. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Gerais e Administrativas		
Material	(6)	–
Depreciação e amortização	–	(14)
Serviços de terceiros	(111)	(62)
Total	(117)	(76)

(i) A entrada em operação dos parques solares, em dezembro de 2019, ocasionou em 2020 despesas de conservação e limpeza (R\$ 424) e de vigilância (R\$115), principais responsáveis pelo aumento dessa linha.

13. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	78	3
Atualização monetária sobre créditos tributários	—	4
Subtotal	78	7
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos de arrendamento	(265)	(201)
Outras despesas financeiras	(12)	(2)
Subtotal	(277)	(203)
Total Líquido	(199)	(196)

14. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

	IRPJ		CSLL	
	2020	2020	2019	2019
Receita operacional tributável	15.093	15.093	—	—
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	1.207	1.207	—	—
Outras receitas	78	—	7	7
Base de cálculo	1.285	1.207	7	7
Alíquota efetiva	25%	15%	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(321)	(181)	(1)	(1)
IRPJ e CSLL corrente	(297)	(170)	(1)	(1)
IRPJ e CSLL diferido	(19)	(10)	—	—
IRPJ e CSLL no resultado	(316)	(180)	(1)	(1)

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados com base no que orienta o CPC48/IFRS 9. Dessa forma, a Companhia, com base no modelo de negócios para gestão de cada instrumento financeiro, classifica os ativos e passivos financeiros como segue:

			2020		2019		Categoria
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
	Notas						
Caixa e equivalentes de caixa	3	Nível 2	63	63	34	34	Custo amortizado
Investimento de curto prazo	3	Nível 2	6.434	6.434	—	—	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	Nível 2	943	943	2.586	2.586	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	5	Nível 2	1.208	1.208	1.627	1.627	Custo amortizado
Total			8.648	8.648	4.247	4.247	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	8	Nível 2	481	481	2.877	2.877	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas (subarrendamento)	5	Nível 2	2.406	2.406	2.379	2.379	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas (dividendos)	5	Nível 2	114	114	56	56	Custo amortizado
Total			3.001	3.001	5.312	5.256	

Mensuração do valor justo de nível 2.

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco para o nível 3.

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito. A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Administração, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e os respectivos ratings nas principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	63	34
Investimento de curto prazo	6.434	–
Contas a receber de clientes	943	2.586
Total	7.440	2.620

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Todos os vencimentos futuros referentes aos passivos financeiros da Companhia são menores que três meses.

(b.3) Risco de mercado

O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros. A Companhia possui investimentos de curto prazo remunerados pela variação do CDI. Consequentemente, está exposta à flutuação da taxa de juros, impactando suas receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras da Companhia foram alocada em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(c.2) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as

atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

16. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2020	2021	2022	2023	2024	2025	após 2025	Total
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	101	101	101	101	101	2.537	3.143
Modernização e manutenção	221	221	–	–	–	–	663
TUSDg - Elektro	921	921	921	921	921	25.331	29.937
Total	1.243	1.243	1.022	1.022	1.022	27.868	33.743

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2020
Direitos de uso do terreno arrendado	20
Provisão para desmantelamento	5.555
Total	5.575

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de junho de 2021 a diretoria aprovou a redução do capital social da Companhia no valor de R\$1.500.000,00 e, consecutivamente o cancelamento de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações representativas do capital social.

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Presidente

Anderson de Oliveira
Diretor Vice Presidente

Pedro Vitagliano Teixeira
Gerente de Controladoria

Hugo Saturo Nagae
CRC 1SP329701/O-6